

URBANISMO NA PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL: O exemplo brasileiro do Estatuto das Cidades como estratégia legitimadora de emancipação ecológico-urbana

Luiz Ernani Bonesso de Araujo⁴⁹

Jerônimo Siqueira Tybusch⁵⁰

Thiago Rigon de Araujo⁵¹

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A globalização econômica é o *modus operandi* da expansão do livre-comércio, que possibilita a sua manutenção e auto-reprodução. Os homens inventaram o livre comércio revestido pelo discurso de ser o modelo através do qual as sociedades poderiam maximizar o seu bem-estar. Contudo, o aspecto interessante é que esse sistema adquiriu uma dinâmica autônoma, independente das ações humanas e estruturas estatais, que não conseguem impor-lhe meios de controle e direcionamento.

Com isso, o sistema serve de instrumento de dominação do humano pelo humano, com a privatização dos benefícios e o aprofundamento do abismo social que separa o Norte do Sul. Impera, portanto, um único instrumento de valorização, que é a possibilidade de conversão em dinheiro. Mas esse processo hegemônico multiplica efeitos sócio-ambientais danosos.

É necessário, portanto, considerar a idéia de contingência para percepção da Cena Ecológica no ambiente urbano. Ou seja, nenhum processo econômico, político, social, tecnológico e cultural é imutável na atualidade. Neste sentido, são necessárias estratégias que transcendam a idéia de Estados-Nação hegemônicos em termos econômicos e políticos. Todavia, no que tange às práticas discursivas, deve-se buscar “estratégias contra-hegemônicas” e “estratégias legitimadoras de emancipação”.

Uma possibilidade diferenciada de práticas discursivas encontra-se nas “perspectivas pós-coloniais”. As mesmas emergem do testemunho dos países de

⁴⁹ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenador do Curso de Direito da UFSM. Vice-Coordenador do Mestrado em Integração Latino-Americana – MILA/UFSM.

⁵⁰ Doutorando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor dos Cursos de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA.

⁵¹ Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Santa Maria-RS.

Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Buscam intervir a formação de discursos ideológicos da pós-modernidade que tentam aferir uma “normalidade” hegemônica à irregularidade de desenvolvimento e às histórias diferenciadas entre as nações, comunidades, raças ou povos.

Na perspectiva pós-colonial a cultura é observada como estratégia de sobrevivência tanto transnacional como tradutória. Tradução no sentido de que as histórias espaciais de deslocamento priorizam como a cultura significa e é significada. Assim, os discursos naturalizados como “unificadores” de povos e nações não podem ter referências imediatas. Tal perspectiva desperta consciência acerca da construção da cultura e da invenção da tradição. Essa constatação cultural leva ao questionamento da rivalização de formas distintas de conhecimento. O critério de valorização econômica produz o embate entre o conhecimento científico e outras formas de saber, ocorrendo, por exemplo, no contato dos laboratórios internacionais com as comunidades tradicionais em prospecções acerca da biodiversidade latino-americana.

A América Latina é o território no qual ocorre de maneira mais intensa a rivalização dos saberes, notadamente por casos de biopirataria no território da Amazônia, onde ocorre a exploração de estratos de vegetais e animais, bem como a busca por conhecimentos tradicionais, para posterior privatização da propriedade por laboratórios e indústrias de cosméticos internacionais. Com a perspectiva pós-colonial, portanto, busca-se construir a complementaridade dos saberes, por novas formas de valorização das atividades humanas, não circunscritas à lógica de mercado.

O avanço dos problemas ambientais, a escassez de recursos naturais, o aquecimento do planeta revelado pelo relatório do IPCC⁵², mostram o quanto que a preocupação com a questão ambiental deve influenciar as ações de entidades estatais e da sociedade civil durante o avanço do século XXI.

Os efeitos devastadores da ação humana sobre o meio ambiente trouxeram como consequência a necessidade de se avaliar institucionalmente a estrutura da sociedade moderna, quer nos aspectos de sistema de produção e consumo, quer na estrutura dos entes estatais a partir do entendimento que o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado incorpora-se ao elenco dos direitos do homem, dentro de uma perspectiva

⁵² Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – ONU.

futura, projetando-se um direito intergeracional que garanta às gerações futuras um planeta viável em termos ambientais.

Essa reconstrução de direitos determina uma transposição em termos de ordem jurídica, ao retirá-la de uma condição essencialmente nacional e transformá-la em uma ordem transnacional, levando em conta que o direito a um ambiente sadio é um direito universal.

Desse modo há um repensar no modo de perceber o mundo, o olhar linear de origem cartesiana dá lugar a uma percepção de caráter holístico, a qual leva em conta que a realidade se apresenta de modo multidimensional, onde o local e o global se fusionam, e as dimensões da biosfera e socioesfera se interpenetram, relegando a visão antropocêntrica em favor da visão biocêntrica. Isso mostra que estamos diante de uma crise de percepção, isto é, diante dos diferentes problemas globais que se defronta a humanidade, com os danos quase irreversíveis à biosfera e a vida humana, a realidade não pode ser percebida vendo-a de forma isolada, pois são problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados ou interdependentes.

Essas mudanças, em certo sentido paradigmáticas, exigem uma mudança conceitual rigorosa em termos jurídicos, exigindo a construção de um novo direito, na qual a condição ecocidadã do indivíduo, assume uma posição central na ordem jurídica, em especial, na dimensão constitucional. Daí a necessidade de oferecer ao jurista, a partir de um outro referencial teórico, a possibilidade de compreender as transformações que ocorrem hoje no mundo, ao mesmo tempo em que o capacita para interferir nessa realidade.

A ecologização das relações humanas e a percepção da Sócio-Biodiversidade e suas interações permitem a construção de um novo Estado de Direito ou compreensão diferenciada da Técnica-Jurídica?

Isso se verifica, a priori, em um quadro onde a dinâmica da expansão econômica produz um ambiente segregado e altamente degradado, onde se percebe que a ocupação do solo urbano, quando regularizada administrativamente, pauta em critérios que podem não contemplar as pretensões de gerenciamento sustentável da geomorfologia e dos recursos hídricos em áreas de proteção, tão importantes para a manutenção da vida como um todo.

Nessa dinâmica percebe-se a relação que o tema da expansão econômica e meio ambiente possui com outros temas urbanístico-ambientais, tais como a sustentabilidade, transporte, circulação de pessoas, planejamento e uso do solo, saneamento e infra-

estrutura básica, participação, acesso à informação, entre inúmeros outros, que por sua vez estão relacionados intimamente com a produção potencial de riscos ambientais, que trazem à temática uma perspectiva complexa⁵³

E dentro desse processo, não se trata somente da “constatação de que devemos preservar espaços verdes, o que é reconhecido até em propostas urbanísticas essencialmente antiecológicas, mas de assimilar que as cidades, pessoas, biodiversidades constituem ecossistemas”⁵⁴, de forma que a pesquisa obrigatoriamente envolverá assuntos e observações interdisciplinares para a busca de observações diferenciadas sobre desenvolvimento econômico e meio ambiente de forma a contemplar na sua análise os mais diversos ecossistemas dentro da Sócio-Biodiversidade existente, bem como estimular estratégias de Proteção Jurídica da mesma.

2. A PROBLEMÁTICA URBANO-AMBIENTAL

Com a revolução tecnológica, começa a desvelar-se um estreitamento nos laços de comunicação, uma sociedade informacional, onde as relações de comunicação relativizam o espaço e o tempo. O humano confunde-se com o virtual, incluem-se novas formatações em relação aos avanços tecnológicos⁵⁵, aos direitos humanos, questões ecológicas, família, trabalho e identidade pessoal e cultural, justiça social e emancipação.⁵⁶ Todos interligados e conectados entre si numa grande rede de

⁵³ Cf. JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006, p. 13.

⁵⁴ SISKIS, Alfredo. *O desafio ecológico das cidades*. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 214-229, p. 217.

⁵⁵ A tecnologia muda tudo – essa foi a afirmação de Marx, e se foi uma perigosa meia-verdade, nem por isso deixou de ser esclarecedora. Quando a tecnologia venceu as distâncias, a globalização econômica se estabeleceu. Nos supermercados de Londres legumes frescos que vêm de avião do Quênia são oferecidos ao lado dos que vêm do vizinho condado de Kent. Aviões trazem imigrantes ilegais que procuram melhorar a própria vida num país que admira há muito tempo. Nas mãos erradas os mesmos aviões se tornam armas letais que derrubam altos edifícios. A comunicação digital instantânea faz com que não só bens concretos, mas também serviços especializados se tornem mercadorias no comércio internacional. Ao final das operações de um dia, um banco sediado em Nova York pode ter suas contas equilibradas por funcionários que vivem na Índia. A crescente presença de uma única economia mundial se reflete no desenvolvimento de novas formas de governabilidade global, a mais controversa das quais é a Organização Mundial do Comércio, mas a OMC não é ela mesma criadora de economia global. SINGER, Peter. **Um só mundo: A ética da globalização**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 13.

⁵⁶ GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999., pp. 52-54, passim.

informações/interações.⁵⁷ A revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação estão profundamente ligadas a processos de globalização.⁵⁸

O sistema de organização em redes é próprio de uma sociedade informacional. O paradigma da tecnologia da informação baseia-se na flexibilidade. Assim, não apenas os processos são reversíveis, mas também as organizações e as instituições podem ser modificadas e até mesmo alteradas pela reorganização de seus componentes⁵⁹. Esse padrão de interação coletiva abarca o homem, as relações sociais e a natureza. Da mesma forma, os problemas da atualidade necessitam ser entendidos sob a dinâmica de redes.

Podemos vincular a idéia de uma tomada de consciência global em relação ao fato de que muitos problemas (neste fim de século) não podem ser mais tratados através de uma simples referência aos Estados sem mencionar os vínculos que passam a unir as diferentes partes do globo terrestre (clima, comunicações, direitos humanos, meio ambiente). Este novo paradigma permite que diferentes problemáticas sejam lançadas. Nos remete, portanto, “a um processo social, econômico, cultural e demográfico que se instala no seio das nações e as transcende ao mesmo tempo”⁶⁰. A globalização, portanto, é percebida *a priori* através de uma lógica econômica imprimida por ela mesma e das possíveis conseqüências sociais e políticas imediatas.

A atual economia de mercado contribui para a desigualdade social e, da mesma forma, para o desequilíbrio ambiental. O ambiente visto como mercancia pode ser considerado um dos principais problemas da atualidade.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente a versão política desta globalização perversa é a democracia de mercado. O neo-liberalismo é outro

⁵⁷ “Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria.” CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo – SP: Cultrix, 2003. p. 23.

⁵⁸ GIDDENS, Anthony. Op. cit, p. 41.

⁵⁹ CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume I: A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 78.

⁶⁰ ARNAUD, André-Jean. **O Direito entre Modernidade e Globalização: lições de filosofia do direito e do Estado**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. pp. 11-17, passim.

*braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado.*⁶¹

O despertar da consciência humana para o enorme perigo que corre a humanidade se não preservar a Nave-Terra em suas múltiplas relações com os seres vivos é outro aspecto importantíssimo a ser trabalhado⁶². Desde os anos 70, descobrimos que os dejetos, as emanções, as exalações de nosso desenvolvimento técnico industrial urbano degradam a biosfera e ameaçam envenenar irremediavelmente o meio vivo ao qual pertencemos: a dominação desenfreada da natureza pela técnica conduz a humanidade ao suicídio.⁶³

Outro grave problema enfrentado é a questão informacional. O homem moderno é talvez mais desamparado que os seus antepassados, pelo fato de viver em uma sociedade informacional, que, entretanto, lhe recusa o direito a se informar.⁶⁴ A questão está na socialização da informação para compreensão das diversas lógicas de funcionamento dos sistemas integrados (economia, política, direito, cultura).

Não se pode mais admitir a idéia de uma economia baseada somente no acúmulo e criação de vastos níveis de capital. O desenvolvimento material da humanidade já expandiu-se de forma inigualável na história no século XVIII com a Revolução Industrial. Porém, hoje os custos são elevados, pois esta expansão se deu em detrimento do capital natural⁶⁵. Destruiu-se mais a natureza que em toda a história anterior.

Observa-se que há um crescimento da consciência ecológica no Brasil, e algumas indústrias existentes o país já se preocupam com a questão ambiental, inclusive

⁶¹ SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 18-19.

⁶² “A única maneira de fazer justiça a um (o homem) e a outra (a natureza), é afirmar, simultaneamente, a sua semelhança e a sua diferença. Se homem é um ser vivo, ele é também – o que é um privilégio exclusivo – capaz de liberdade, produtor de sentidos, sujeito de uma história, autor e destinatário de uma regra. Se a natureza, no final de sua evolução, produziu a espécie humana, à qual assegura diariamente as condições de sobrevivência, ela é também, para o homem, - completamente diferente -, absolutamente estranha” OST, François. **A natureza à margem da lei: A ecologia à prova do direito**. Lisboa – Pt: Instituto Piaget, 2000. p. 211.

⁶³ MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação de Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. p. 71.

⁶⁴ SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

⁶⁵ “O capital natural compreende todos os conhecidos recursos usados pela humanidade: a água, os minérios, o petróleo, as árvores, os peixes, o solo, o ar, etc. Mas também abrange sistemas vivos, os quais incluem os pastos, as savanas, os mangues, os estuários, os oceanos, os recifes de coral, as áreas ribeirinhas, as tundras e as florestas tropicais” HAWKEN, Paul. **Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo, SP: Cultrix, 1999. p. 2.

muitas delas já vem adotando programas de qualidade ambiental para não perder mercado.⁶⁶

A consciência para uma efetiva proteção ambiental é ao mesmo tempo individual e coletiva. Deve despertar no indivíduo e este, agindo comunicativamente, atuará com partícula do todo através da comunicação, até mesmo nas relações de consumo.

A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas.⁶⁷

A necessidade de reformulação alcança também a agricultura, onde a pesquisa em busca de uma agricultura ecológica já é fato notório na atualidade. Contribuir para o bem estar social implica que a agricultura, bem como, a pesquisa agrícola devem atender às necessidades de uma alimentação básica, do sistema social em conjunto⁶⁸. E não em detrimento da saúde e do equilíbrio ecológico tendo como único escopo, a lucratividade⁶⁹.

Da mesma forma, deve existir uma função reflexiva da cidade, que através de processos de participação constitui uma forma de democratizar a atividade de

⁶⁶BRITO, Francisco A. CÂMARA, B.D. **Democratização e Gestão Ambiental: Em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis RJ: Vozes, 1998. p. 29.

⁶⁷ CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume I: A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 33.

⁶⁸ BONILA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992. p. 244.

⁶⁹ Em relação ao uso de agrotóxicos temos aqui um depoimento interessante de um dos expoentes do pensamento ecológico Gaúcho, José Lutzemberger, feito em oito de junho de 2001 no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre- RS. “Nossa luta avança cinco passos, retrocede três. Avança de novo. Nessa história dos agrotóxicos, agora até o Governo Mundial está contra nós. Mas não adianta. Cada dia se vê no jornal que o agricultor está se dando conta de que ele tem que trabalhar ecologicamente, porque ele vai ganhar mais, etc. Já nem precisamos mais ensinar a agricultura orgânica, ela já entrou na cabeça das pessoas. E quando um primeiro-ministro de uma nação importante, como é a Alemanha, diz que a agricultura tem que ir para o lado ecológico, meu Deus!, a nossa vitória está pronta. Pelo menos a vitória intelectual aconteceu. O que nós não concebíamos ser possível, aconteceu. Os gurus agora somos nós! Isso é fantástico! Se eu morrer amanhã não tem a menor importância. Eu vou deixar para trás uma coisa boa.” BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Ro Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002. p. 136.

planejamento urbano⁷⁰, compreendendo melhor a cidade e liberando a população de um controle monopolista midiático global e do clientelismo arcaico.⁷¹

O direito à cidade é um direito inerente ao próprio ser humano, que possui suas necessidades basilares de ver, ouvir, sentir e reunir todas estas percepções num mundo. Este espaço para realizações é primordial para a vitalidade humana.⁷² A imagem deste espaço é igualmente importante pois, quando apresenta-se de forma viva e integrada, desempenha um papel social, oferecendo a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional onde o mesmo estabelece uma relação harmoniosa com o mundo à sua volta.⁷³

Na realidade, os problemas urbanos precisam ser vistos a partir de uma ótica da complexidade, porém, como discorre Jane Jacobs, citando lição do Dr. Weaver, deve ser uma *complexidade organizada* pois os problemas inerentes da mesma envolvem uma abordagem simultânea de fatores inter-relacionados num todo orgânico⁷⁴. Assim, como existem regiões das cidades que funcionam bem em certos aspectos e mal em outros, não há como analisar acertos e erros, avaliar dificuldades ou imaginar mudanças sem passar pelo enfoque da complexidade organizada⁷⁵.

A cidade é um corpo vivo, um sistema integrado de relações comunicacionais e de informação, que engloba em si diversos outros sistemas. De cidade a cidade, nos deparamos com estruturas diferentes, porém a organização urbana segue um padrão mundial pois sua essência é a mesma, a da ordem e caos, a da desconstrução para a construção, a da vida e da morte. Todos esses paradoxos decorrentes de um mundo complexo precisam ser considerados para que o sistema operar em sua clausura sem

⁷⁰ “No campo da arquitetura, nota-se hoje, especialmente nos EUA e Japão, uma tendência na busca da integração das disciplinas, tais como planejamento territorial, urbanismo, paisagismo e o próprio desenho do edifício numa forma de trabalho que se chama “Arquitetura Total”. FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental: Uma introdução à Arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo – SP: Annablume: FAPESP, 1997. p. 102.

⁷¹ MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 191.

⁷² “O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada.” LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Centauro, 2001. p. 116-117.

⁷³ “Na verdade, um ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas também reforça a profundidade e a intensidade da experiência humana. Embora a vida esteja longe de ser impossível no caos visual da cidade moderna, a mesma ação cotidiana poderia assumir um novo significado se fosse praticada num cenário de maior clareza. Potencialmente, a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo.” LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1997. p. 5.

⁷⁴ JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2000. p. 481.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 483.

deixar de abrir para recepcionar novas tendências que são provocadas de dentro para fora.

3. A PERCEPÇÃO DA CENA-ECOLÓGICA COMO REAÇÃO À DEGRADAÇÃO AMBIENTAL-URBANA

Entende-se como “cena ecológica” o conjunto de práticas discursivas produzidas na atualidade acerca da possível finitude humana em face da ação degradante e insustentável dos sistemas de produção, lazer e consumo mundial que, através dos meios de comunicação de massa, perpassam as diferentes culturas no globo. Na esteira desta perspectiva analisa-se como o discurso da Pós-Modernidade produz sentimentos específicos acerca deste fenômeno. Podem-se vincular diversas comunicações acerca da problemática ambiental, porém, optou-se pela seleção de duas que se constituem como fundamentais para compreensão da dimensão ecológica repensando o conceito de “pós-moderno”: as idéias de risco e fluidez econômica e política.

A Cena Ecológica produz uma reação à categoria de grupo sujeito, enquanto grupo que sofre hierarquização por ocasião de seu acomodamento aos outros grupos (econômico/político). Um grupo sujeito acredita que sua causa é ouvida, mas não sabe onde nem por quem, numa cadeia serial indefinida recheada de atitudes maquínicas e repetitivas⁷⁶.

“A interação com redes de relações mais amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais”⁷⁷. Porém, o “eu”, a idéia de pessoa, enquanto categoria do espírito humano revestiu-se de diferentes formas no decorrer da história da humanidade, segundo costumes, religiões e estruturas sociais próprias. Interessa-nos particularmente nesta abordagem, a noção de individualidade que é assim composta desde a nominação. O nome é algo que vincula à pessoa uma relação paradoxal de individualidade e pertencimento a um coletivo simultaneamente⁷⁸.

O processo de globalização também permite observar-se uma mudança nos modelos de produção ao mesmo tempo em que ocorre um deslocamento da atividade econômica com o surgimento de uma nova divisão do trabalho (facilidade de

⁷⁶ GUATARRI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 92.

⁷⁷ VELHO, Gilberto. *Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas*. In: FIGUEIRA, Sérvulo. **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1980, p. 20.

⁷⁸ MAUSS, Marcel. *Uma Categoria do Espírito Humano: A noção de pessoa, a noção do “eu”*. In: **Antropologia e Sociologia**, volume 1, São Paulo, Edusp, 1974, p. 226.

transferência de uma parte das operações de trabalho de um país para o outro). Da mesma forma, o desenvolvimento de mercados de capitais ligado fora do âmbito das nações produz um fluxo livre de investimentos (desligado dos limites das fronteiras).

Entendemos que o fenômeno de globalização não está ligado somente à economia, possuindo também uma natureza política, tecnológica e cultural em uma influência interna sobre nossas vidas (comportamentos, formas de ver o mundo). A globalização é, portanto, um universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos que se operam simultaneamente a associações e integrações regionais, transnacionais e globais.⁷⁹

*A mesma fábrica das diversidades fabrica desigualdades. A dinâmica da sociedade global produz e reproduz diversidades e desigualdades, simultaneamente às convergências e integrações. Pode ser ilusório imaginar que a diversidade situa-se no ser-em-si identidade. Esse, quando se verifica, é um estado episódico; e quando permanece, corre o risco da recorrência reiterada mesmidade. A trama das relações, o jogo de intercâmbios, a audácia do confronto podem produzir a diferença, a diversidade, o antagonismo; com riscos das perdas e dos ganhos, precisamente com riscos da mudança ou transfiguração.*⁸⁰

De acordo com Stuart Hall, o fenômeno da Globalização⁸¹ é atribuído a um período denominado de modernidade tardia, onde o impacto sobre a identidade cultural é relevante. As sociedades modernas são aquelas de mudança constante, rápida e permanente. Assim, a modernidade constitui-se como uma forma altamente reflexiva de vida, examinando constantemente as práticas sociais e reformando-as a luz das informações recebidas por elas mesmas, alterando seu caráter constitutivo. Desta forma, quando áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, as transformações sociais atingem virtualmente toda a superfície da Terra, e a natureza das instituições modernas.

⁷⁹ IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 33.

⁸⁰ Ibidem, p. 34.

⁸¹ Um complexo de processos e forças de mudanças que desloca as identidades culturais nacionais pode ser denominado de Globalização. Esta refere-se a processos que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado. Traz consigo a idéia de um movimento, de distanciamento da idéia clássica de sociedade como um sistema bem delimitado. HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Thomas da Silva e Guacira Lopes Louro. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. [s. : p.]

A modernidade tardia⁸² é caracterizada por sociedades da diferença. Produzida por atravessamentos de diferentes visões e antagonismos sociais que geram diferentes posições de sujeito, isto é, identidades para os indivíduos. Seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Estas articulações são sempre parciais, pois a estrutura da identidade permanece sempre aberta. Eis uma concepção de identidade perturbadora e provisória.

*Estas nuevas formas de políticas de la identidad pueden o no apelar a la etnicidad (independientemente de lo que esto signifique), o crear nuevas etnicidades, o encontrar expresión a través de la religión, o también presentarse como patriotismo estatal, como es el caso de los hinchas neofacistas de los equipos de fútbol ingleses que ondean la bandera nacional. Puede que se den todas estas formas a un mismo tiempo. Mas aún, pueden fundirse con un viejo momento e ideología nacionalista. Sin embargo, creo que esto debe ser considerado y analizado como un fenómeno sociológico nuevo y no como una mera proclamación de las viejas formas de nacionalismo.*⁸³

As identidades são, portanto, contraditórias. As contradições atuam fora (sociedade) e dentro da cabeça de cada indivíduo. É impossível, portanto, na atualidade, uma identidade singular que consiga alinhar todas as diferentes identidades como uma identidade mestra e única. A identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. Assim, a identidade tornou-se politizada⁸⁴ e não um fenômeno originariamente político, caracterizando-se como a mudança de uma política de identidade para uma política de diferença⁸⁵.

Este sentimento de “pertencer coletivamente” relaciona-se com os atributos morais da pessoa. Ou seja, somente é possível viver em comunidade com consciência moral. Esta é ao mesmo tempo construída e instituída socialmente enquanto padronização e desempenho de papéis, uso de máscaras (*persona*) e também como

⁸² Período onde a concepção do sujeito moderno sofre deslocamentos. Isso ocorre através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Para tanto podem ser citados alguns avanços no campo do pensar a teoria social e as ciências modernas, cujo maior efeito verificado é o descentramento do sujeito cartesiano. Podem ser elencados como pensadores deste período Marx, Freud, Saussure e Foucault. Alguns movimentos sociais também influenciaram de forma contundente nesta ruptura, como o movimento feminista. Ibidem, [s. : p.]

⁸³ HOBBSAWM, Eric J. *Identidad*. In: *Identidades comunitarias y democracia*. Madrid: 2000.p. 62.

⁸⁴ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Thomas da Silva e Guacira Lopes Louro. 9º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. , [s. : p.].

⁸⁵ Convém lembrar que o movimento contrário é caracterizado por tentativas de se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o fechamento e a tradição. O nacionalismo na Europa Oriental e o fundamentalismo no Oriente Médio. Essas aspirações ao status de nação tentam conseguir Estados que sejam unificados tanto em termos étnicos quanto religiosos, criando identidades políticas em torno de identidades culturais homogêneas. Ibidem, [s. : p.].

sentido íntimo da pessoa da qual também é personagem. Em outras palavras, podemos vincular esta idéia a de sujeito. Sujeito de direitos, enquanto desempenha papéis dentro de uma comunidade que impõe padrões e limites (assujeitamento) e sujeito como autonomia, produzindo percepções dentro de seus territórios existenciais que permitam mapear e, por consequência, selecionar qual a comunicação a seguir, dentro das errâncias de seus desejos⁸⁶.

Esta é uma concepção perturbadora de sujeito, pois não percebe o “eu” somente enquanto heteronomia e sim como construção e percepção na relação com o outro (alteridade), perpassado por elementos idiossincráticos, mas não assujeitado em padronizações maquínicas.

Desta forma, a idéia de “linha” proposta por Goffmann⁸⁷ é como o “eu” que se adapta na vida social, nas construções simbólicas que perpassam a vida social. A linha padroniza sem destituir a singularidade do “eu”. Padroniza os atos e proposições verbais com o intuito de expressar uma visão individual da situação posta e, ao mesmo tempo, uma adaptação, em termos de conduta, para o sentimento de “pertencer em comunidade”. Quando a pessoa experimenta a aprovação e a sensação de pertencimento após delinear sua “linha” assume uma “face” enquanto “uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados”⁸⁸.

Enfim, enquanto abordamos a questão de um movimento social que se modifica no tempo e no espaço em sociedades complexas, necessitamos compreender as inter-relações subjetivas que constituem seu processo de construção. A relação entre o particular das consciências individuais e o universal produzido na tentativa de definir, generalizar e, em última análise, normativizar o movimento.

O movimento ambientalista enquanto percebido exclusivamente como mero constructo de conferências das Nações Unidas, tratados e protocolos oriundos de relações internacionais e interpretações extensivas de declarações de direitos é universal. Porém, corre o risco de ser “absolutamente instituído” e, portanto, perder as particularidades individuais e regionais que enriquecem e movimentam o seu processo de eterna construção. Um movimento que não se auto-constrói perde a linha de existência.

⁸⁶ TOURRAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa, Instituto Piaget, 1994, p. 216.

⁸⁷ GOFFMANN, Erving. **A elaboração da Face: uma análise dos elementos rituais na interação social**. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1980.

⁸⁸ Ibidem, p.77.

Um dos movimentos sociais mais significativos da atualidade é o movimento ambientalista. Isto não se deve meramente pela sua ampla divulgação pelos meios de comunicação de massa, mas em face de sua considerável capacidade de despertar diferentes percepções nas consciências individuais (opinião pública) acerca de seus fenômenos complexos, bem como de sua formação híbrida, sendo composto da iniciativa de diversos outros movimentos (sindical, feminista, entre outros). Desta forma, buscamos analisar a “cartografia” do movimento ambientalista enquanto “projeto” individual e social.

Projeto é em suma algo que pode ser comunicado. A possibilidade de existência de projetos individuais está diretamente ligada com as realidades sócio-culturais específicas aos quais estão mergulhados. Considerando o indivíduo uma realidade complexa, ao mesmo tempo dado da natureza e construto social e cultural que comunica, nomeando e sendo nomeado, em interações com os seres à sua volta, os projetos são construídos em função de experiências, de códigos de vivências e interações interpretadas.

Assim, relação de consumo produzida pelo sentimento capitalista não é uma forma unicamente objetiva. O consumo funciona, em primeira análise, como uma estrutura de troca e diferenciação. Porém, os objetos são substituíveis e somente têm sentido em contextos lógicos.

Tais operações de substituições funcionam através de regras. No domínio funcional e econômico aplica-se a regra da equivalência. Todavia, no domínio dos signos, utiliza-se a regra da diferença. Por fim, a regra da ambivalência verifica-se no campo do simbólico. Como se pode perceber, o uso e consumo de um objeto não deve, portanto, ser compreendido somente na relação objeto-necessidade.

O paradigma simbólico é radicalmente diferente do paradigma funcional. A alimentação pode ser um exemplo consistente neste sentido. Enquanto necessidade funcional a fome não é simbólica, não significa, satisfaz-se. Porém, o ato de comer pode satisfazer uma pulsão oral, ser um substituto neurótico de falta de amor, por exemplo. Assim, a fome, enquanto desejo, significa-se ao longo de toda uma cadeia de significantes⁸⁹

Desta forma, “qualquer indivíduo ou grupo, antes mesmo de assegurar a sobrevivência, encontra-se na urgência vital de ter de produzir-se como sentido num

⁸⁹ BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do Signo**. Lisboa: Ed. 70, 1995, p. 67-68.

sistema de trocas e relações”⁹⁰. Porém, estas trocas não são perpassadas apenas por fatores econômicos como analisa Karl Marx. Também não refletem unicamente uma sociedade catalogada em classes (dominantes/dominados, superestrutura/estrutura). “Perceber, portanto, o conjunto de objetos, bens e serviços de uma sociedade como um conjunto de coisas inertes e mudas, que adquirem existência apenas através das classificações culturais, é transformar a vida social, as relações entre os homens e destes com as coisas em um grande esquema taxonômico”⁹¹.

É justamente nesta percepção sensível de que os objetos possuem materialidades distintas afetando e causando reações diferenciadas em cada pessoa, condicionando escolhas e atitudes, que reconhecemos neles certa “autonomia” para além das biografias de seus portadores⁹².

Assim, em sociedades complexas, que trazem consigo a noção de heterogeneidade cultural, entendida como coexistência de uma diversidade de tradições de variadas bases (étnicas, sociais, religiosas), se faz necessária uma abordagem que busque localizar, selecionar e contemplar as diferentes fronteiras simbólicas entre as experiências significativas apresentadas. Em outras palavras, é necessário pensar a trajetória social pela qual passam indivíduos e grupos, as redes produzidas entre os mesmos, bem como a noção de conhecimentos produzidos em classes que reproduzem no tempo e espaço determinados comportamentos e comunicações.

Em sentido oposto às práticas discursivas hegemônicas, abordadas anteriormente, e que podem ser difundidas por apropriação do discurso ambientalista, busca-se a perspectiva pós-colonial para desvelar os interesses com os quais esses discursos estão comprometidos. Com isso, pode ser elucidada a cena ecológica, de forma a construir caminhos de emancipação latino-americana.

4. A PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL APLICADA À CENA ECOLÓGICA LATINO-AMERICANA

Para perceber o conceito de “Pós-Colonial”, é necessário considerar, no cenário abordado anteriormente, a idéia de contingência. Ou seja, nenhum processo econômico,

⁹⁰ Ibidem, p.73.

⁹¹ BARBOSA, Livia. *Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea*. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 109.

⁹² Ibidem, p. 109-110

político, social, tecnológico e cultural é imutável na atualidade. Não perceber a idéia de que estruturas podem ser modificadas de forma rápida no contexto global é não permitir a produção de diferenças. Neste sentido, são necessárias estratégias que transcendam a idéia de Estados-Nação hegemônicos em termos econômicos e políticos. Todavia, no que tange às práticas discursivas, deve-se buscar “estratégias contra-hegemônicas” e “estratégias legitimadoras de emancipação”⁹³.

Desta forma, uma possibilidade diferenciada de práticas discursivas encontra-se nas “perspectivas pós-coloniais”. Refere Homi Bhabha que estas “emergem do testemunho dos países de Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul”⁹⁴. Buscam intervir na formação de discursos ideológicos da pós-modernidade que tentam aferir uma “normalidade” hegemônica à irregularidade de desenvolvimento e às histórias diferenciadas entre as nações, comunidades, raças ou povos.

Na perspectiva pós-colonial a cultura é observada como estratégia de sobrevivência tanto transnacional como tradutória. Tradução no sentido de que as histórias espaciais de deslocamento (acompanhadas das disputas territoriais e tecnologias globais e midiáticas) priorizam como a cultura significa e é significada. Assim, os discursos naturalizados como “unificadores” de povos e nações não podem ter referências imediatas. Tal perspectiva desperta consciência acerca da “construção da cultura e da invenção da tradição”⁹⁵.

É necessário, portanto, buscar a percepção do lugar híbrido atribuído aos valores culturais onde a “metáfora da “linguagem” traz à tona a questão da diferença e incomensurabilidade culturais”⁹⁶. Tal compreensão possibilita o (re)questionar das noções etnocêntricas e consensuais da existência pluralista da diversidade cultural.

Assim, o Pós-Moderno aborda, principalmente, noções de valor como desenvolvimento, velocidade, tecnologia. Por mais volátil e adaptável que sejam as perspectivas dos discursos pós-modernos, todavia, não se concentram no cerne da tradução dos processos culturais; suas trajetórias e errâncias no âmago de seus processos construtivos. Desta forma, também não percebe os tempos de transformação na própria prática discursiva. Tempo este entre a proposição/emissão de discursos e a recepção dos mesmos. Nesta trajetória/deslocamento se modificam as estruturas, as instituições. O

⁹³ BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 240.

⁹⁴ Idem, p. 238.

⁹⁵ Idem, p. 241.

⁹⁶ Idem, p. 247.

discurso se auto-produz e se deixa atravessar em pequenas fissuras, produzindo outras práticas oriundas de novas percepções e produções lingüísticas específicas em dado espaço e tempo. Em outras palavras, o discurso da “cena ecológica” assume diferentes roupagens de seu lugar inicial de hegemonia. “Assume perspectivas no domínio da outridade e do social, onde a identificação se dá na própria diferença”⁹⁷.

Tal concepção permite a construção de diálogos e processos democráticos conscientes acerca da questão ambiental. Permite decidir com “agência”. Capacidade de agir e vivenciar. Ação coletiva no sentido de movimentação (movimentos sociais) que consigam perceber as diferenças e rupturas entre as diversas concepções da “cena ecológica”. Na realidade, diálogo de saberes em construção, o que leva a questionar a rivalização de formas distintas de conhecimento, entre o conhecimento científico submetido aos interesses hegemônicos da globalização e os saberes culturais das populações tradicionais latino-americanas.

Modernidade e Pós-Modernidade são elas mesmas construídas a partir da perspectiva marginal da diferença cultural. Diferença que estrutura. A diferença própria é uma estrutura. Estrutura estruturante no sentido de padronizar, em determinado campo, de forma violenta. Violência simbólica na produção do discurso da “cena ecológica”⁹⁸.

Independente da consciência parcial ou não-consciência do sujeito acerca destas estruturas, o importante é salientar a constituição do *habitus* enquanto somatório de condições culturais e condições simbólicas (culturais). Neste sentido a percepção da “cena ecológica” nos diversos lugares do globo depende da noção de *habitus* influenciada ao mesmo tempo por princípios de sociação e individuação. No primeiro caso porque “nossas categorias de juízo e ação, advindas da sociedade, são compartilhadas por todos aqueles que se sujeitarem a condicionamentos sociais semelhantes; e no segundo porque cada pessoa pode ter trajetória e localização únicas no mundo”⁹⁹.

A noção de *habitus* é, portanto, essencial para compreensão e emancipação do conceito de “cena ecológica”. *Habitus* “enquanto conjunto estratificado e dinâmico de

⁹⁷ BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 257.

⁹⁸ Conforme BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, s.d.

⁹⁹ WACQUANT, Loïc. **Mapeando o Habitus**, IN: *Habitus*, Goiânia, v.2, n.1, p-7-10, jan/jun.2004, p. 14.

disposições que registram, armazenam e prolongam a influência de ambientes diversos encontrados sucessivamente na vida das pessoas”¹⁰⁰.

Desta forma, a incorporação da noção de *habitus* para percepção das práticas discursivas no campo da ecologia é de suma importância para desvelar mecanismos inconscientes em determinados grupos assujeitados por discursos pós-modernos; que desconsideram a contingência, indeterminismo e os espaços conflituosos próprios do processo de globalização, principalmente no que tange a construção de saberes na cartografia de Estados-Nação pós-coloniais inseridos no universo transnacional.

É justamente nesta tensão entre estrutura e capacidade de agência que se pode alcançar possibilidades para resoluções de conflitos entre sustentabilidade e consumo. A resistência encontra-se no tensionamento e no “empoderamento”, ou seja, na busca e conseqüente acesso a informações sobre o que consumir, como consumir, quais as externalidades deste consumo.

É através desta reflexividade sobre as ações do cotidiano que indivíduos e coletivos podem conviver com as ambivalências da sociedade contemporânea, compreendendo as estruturas produtoras de expectativas e as possíveis contingências das decisões tomadas neste circuito. Desta forma, a produção científica, como outro pólo desta análise deve, também, ser repensada no que diz respeito a romper o círculo vicioso produção-consumo-lucratividade pensando estratégias contra-hegemônicas que levem à complementaridade de saberes e possibilidade de agência por parte dos países ditos “em desenvolvimento”.

5. DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO PÓS-COLONIAL: O EXEMPLO BRASILEIRO DO ESTATUTO DAS CIDADES PARA UMA PERSPECTIVA ECOLÓGICO-URBANA

As relações de propriedade e poder existentes, interferem na democracia pois entravam o desenvolvimento do potencial social de satisfação dos desejos humanos. À medida que declina a compatibilidade entre ambos, cresce a intensidade da luta de classes. Desta forma, quando ocorre alguma revolução, esta não é somente expressão extrema de protesto, e sim, afirmação de um novo modo de organização social, criando

¹⁰⁰ Ibidem, p. 14.

condições para o desenvolvimento das oportunidades que eram entravadas por um antigo regime.¹⁰¹

A abertura do espaço público deve ser orientada a partir de uma renovação da idéia democrática. Dois pilares são levados em consideração, um deles é importância central da liberdade do sujeito pessoal e o outro é a consciência das condições públicas dessa liberdade privada. Não é raro encontrarmos contra-sensos neste processo, como por exemplo, em uma sociedade de massa a busca obsessiva pela homogeneidade que acaba tornando-se um poderoso fator de exclusão. Desta forma, se faz necessária a descoberta de uma cultura democrática definida, antes de tudo, como o reconhecimento do outro.¹⁰²

O reconhecimento se dará através de uma situação paradoxal. Um espaço de emancipação, ou seja, a união, ao mesmo tempo conflitante e formadora de decisões, do espaço público com o espaço privado. Assim, percebemos a existência de um local para manifestação da comunicação, e esta, transformada em atitudes, passa a ser o que chamamos de “ação emancipadora”.

Em outras palavras, estamos falando de esfera para a livre interação e relação entre movimentos, grupos e associações, num encontro crítico-argumentativo com a política, a contrário senso de uma relação participativa direta. Este é um novo caminho para a análise democrática. Cria-se um espaço de interação face-a-face, diferenciado do Estado. Desta forma, os indivíduos interagem uns com os outros, debatendo as decisões tomadas pela autoridade pública, discutindo o conteúdo moral das diferentes relações existentes ao nível da sociedade e, por fim, apresentam demandas e questionamentos em relação ao Estado. Trata-se de um rompimento com a teoria weberiana que achava impossível a possibilidade de formas participativas de administração.

Pois bem, se encontramos o ponto de convergência para os conflitos, reflexões e discussões urbanas, devemos torná-las efetivas a partir da prática do agir comunicacional. Estas relações de comunicação se operam na estrutura dos sistemas, conforme a sua organização e identidade. Concebemos a Constituição da República Federativa do Brasil como sendo a identidade do sistema jurídico brasileiro. Essa identidade irá interferir na estrutura comunicativa do sistema através de princípios constitucionais que se relacionam de forma a expressarem valores fundamentais

¹⁰¹ DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Trad. AGUIAR, R.; ROCHA, M.A. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. São Paulo: Edusp, 1992.

¹⁰² TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p.156.

expressos pelo ordenamento jurídico, informando materialmente as demais normas (fornecendo-lhes inspiração para o recheio).¹⁰³

Assim, sob uma perspectiva pós-colonial de emancipação, reformulando a teoria constitucional¹⁰⁴, os princípios constitucionais, de participação, dignidade, liberdade e igualdade são o elemento de comunicação entre a identidade e a estrutura formal dos sistemas jurídicos, com uma concordância prática entre eles.¹⁰⁵ Desta forma, esta intrínseca relação ocorre na questão urbana, podendo ser amplamente utilizada para dirimir situações complexas em uma sociedade informacional, conforme exposto anteriormente.

O Brasil prevê constitucionalmente, de forma efetiva, a idéia de Política Urbana e “Função Social da Cidade” somente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Anteriormente, os diplomas de ordenação urbana eram somente leis infraconstitucionais com interesses explícitos nos setores da especulação imobiliária e engenharia civil (Parcelamento do Solo Urbano). Na atual Carta Magna são os artigos 182 e 183 que prevêm uma Política Urbana com base na Sustentabilidade¹⁰⁶. Porém,

¹⁰³ ROTHENBURG, Walter Claudius. **Princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris editor. 1999. p.16.

¹⁰⁴ “Neste contexto, ‘estar in’ no direito constitucional é acompanhar as novas leituras dos problemas político-constitucional nos quadros do pluralismo político, econômico e social. Se incluirmos no direito constitucional outros modos de pensar poderemos fazer face ao ‘desencanto’ provocado pelo formalismo jurídico conducente, e certa medida, à procura de outros modos de compreender as ‘regras jurídicas’. Estamos a referir sobretudo as propostas de entendimento do direito como prática social e os compromissos com formas alternativas do direito oficial como a do direito achado na rua.” CANOTILHO, J.J.G. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. Livraria Almedina Coimbra/Portugal. 1998. p.22-23.

¹⁰⁵ ROTHENBURG, Walter Claudius. *Opcit.* p.58.

¹⁰⁶ Da Política Urbana

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

essa idéia constitucional avançada permaneceu durante treze anos carente de uma legislação infraconstitucional condizente com sua complexidade.

Somente no ano de 2001, a lei 10.257, Estatuto da Cidade, vem a configurar-se como um espaço na estrutura comunicacional do sistema jurídico que irá efetivar a relação do mesmo com o sistema social urbano, informado materialmente pelos princípios fundamentais oriundos da identidade do sistema jurídico, ou seja, a Constituição.

Não se pode, portanto, conceder um planejamento urbano isolado da gestão e dos processos decisórios relativos à regulação urbanística. Em decorrência do baixo nível de interlocução do poder público com os diversos segmentos da sociedade é que se requer uma urgente mudança de paradigma.

Um espaço muito restrito de legalidade confere a exclusão de grande parcela da população no âmbito da gestão e dos processos decisórios. A mesma vive a mercê de um poder local que mantém desconhecida sua comunidade aplicando a regra de que quanto menor o poder de interferência nas definições da lei, mais vulnerável se tornam os habitantes as esquemas clientelistas de favor.¹⁰⁷

Quem define as regras permitidas e proibidas é geralmente a classe média ou alta. Democratizar os processos decisórios urbanos significa sair do círculo vicioso e partir para o hiperciclo, transformando o planejamento da ação municipal. Desta forma, as informações não são apenas compartilhadas entre os cidadãos mais internalizada pelos mesmos que passam a agir comunicativamente produzindo uma relação direta com as demandas, anseios e pleitos dos diferentes grupos na cidade. É como o exemplo que Jane Jacobs nos traz no primeiro capítulo onde a cidade e até o próprio bairro necessitam serem vistos como um todo orgânico, considerado, para fins de planejamento, em suas perspectivas sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas, enfim, sob todas as formas.

Ao mesmo tempo que o espaço público é um local marcado por conflitos, seja nos debates, conferências ou conselhos urbanos públicos, é também um ponto de encontro organizado de escuta e de debate em torno das diferentes opções e suas

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

¹⁰⁷ Brasil. **Estatuto da Cidade (2001)**. Estatuto da Cidade: Lei n. 10.527, 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2001, p.192.

implicações para a cidade, viabilizando as escolhas e sua implementação. Desta forma, os projetos urbanos, planos urbanísticos e regulação precisam estar próximos dos cidadãos.¹⁰⁸

O Estatuto da Cidade como norma informada por princípios constitucionais devem cristalizar-se e garantir-se através da prevenção de instrumentos, elencados no capítulo quarto da própria lei, que trata da gestão democrática da cidade e em seu artigo 43 prevê como instrumentos: I - Órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, Audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.¹⁰⁹

Um forte vínculo através de atores reais deve ser estabelecido com a cidade real, para tanto, os instrumentos citados anteriormente devem servir para ampliar a base de conhecimento, sustentação e planejamento da política urbana. A linguagem deve ser acessível a todas as camadas da população dando condições aos participantes de analisar os problemas, discutir sobre as opções e assumir posições.

Os conselhos, as conferências, as audiências, consultas e debates¹¹⁰ são espaços públicos de atividade dialógica entre interesses muitas vezes complexos e paradoxais. Estas considerações não encerram o problema da gestão democrática urbana no Brasil, porém, conseguem ao menos elucidar e demonstrar como o pensamento sistêmico e a compreensão cosmológica das cidades podem servir de paradigma para a efetivação de um instrumento, como o Estatuto da Cidade que servirá de estrutura para as relações comunicacionais do sistema jurídico com o grande sistema social, em sua face urbana.

A diversificação urbana brasileira produz diversas interações entre os agentes da cidade, sejam eles públicos ou privados. Dessas relações obtém-se situações complexas,

¹⁰⁸ Ibidem, p.193.

¹⁰⁹ MEDAUAR, Odete. **Estatuto da cidade: Lei 10.527, de 10.07.2001- comentários/** Carlos Bastide Horbach... [et al]. São Paulo: Ediora Revista dos Tribunais, 2002, p.201.

¹¹⁰ “Os conselhos de desenvolvimento urbano são órgãos colegiados, com representação tanto do governo como de diversos setores da sociedade civil; são parte integrante do Poder Executivo, mas independente dele. O conselho é órgão em que a sociedade civil participa do planejamento e da gestão cotidiana da cidade. As conferências de política urbana são grandes encontros, repetidos periodicamente, alcançando ampla participação popular. Nesses encontros, são definidas políticas e plataformas de desenvolvimento urbano para o período seguinte. São momentos decisivos da política urbana, nos quais são ‘costurados’ os consensos e pactos entre o poder político e os diversos setores da sociedade. Os debates, consultas e audiências públicas são amplas apresentações e discussões, nas quais são expostos e debatidos análises e projetos de interesse público, para sua crítica ou avaliação pelos diversos setores da sociedade. Além desses instrumentos, detalhados a seguir, existem outras dimensões da gestão democrática da cidade, como o Orçamento Participativo ou a iniciativa popular de projeto de projetos de lei” Op.cit. p.193-194.

por vezes paradoxais, dando muitas vezes a impressão de um crescimento caótico e desordenado. Assim, algumas consequências são observadas como, o não acesso de uma grande parcela da população aos direitos humanos e fundamentais.

Nesta seara, igualmente importante é o local onde irão operar-se as relações comunicacionais. É um espaço de conflito e tomada de decisões, numa interface entre o espaço público e o espaço privado. Os atores que operam nesta esfera precisam nortear suas condutas através de um agir comunicativo.

Esta atuação estará diretamente ligada aos princípios constitucionais que carregam da identidade do sistema jurídico (Constituição) a expressão primeira dos valores fundamentais expressos pelo mesmo. Ou seja, os direitos humanos e fundamentais.

Neste caso, busca-se diminuir a exclusão através de uma participação da população nos processos decisórios da cidade através dos instrumentos previstos no capítulo quarto da Lei 10.257 - Estatuto da Cidade.

Para a implementação dos conselhos de desenvolvimento urbano, por exemplo, é necessário a alteração da estrutura de funcionamento do executivo. Esta alteração, obviamente, deve ser proposta e aprovada em Lei pela câmara municipal ou assembléia estadual. O projeto deve conter todo o funcionamento do conselho como competência e composição.

As conferências de políticas urbana podem, ou não, estarem previstas nas Leis de política urbana do município, porém, seu regimento interno necessita ser claro e estar definido em pauta para que aja uma organização daquilo que será discutido e deliberado.

Por fim, os temas específicos são tratados nos debates e audiências públicas, convocados com antecedência e publicizados de forma ampla para que a participação não seja restrita a poucos envolvidos. O direito ao contraditório é premissa maior, para que havendo a oposição possa se confrontar idéias buscando a solução mais adequada.

6. DIGRESSÕES FINAIS

A Complementaridade de Saberes é essencial para uma compreensão do *modus operandi* da globalização atual. É necessário identificar os discursos de “assujeitamento” e padronização no que concerne à prática hegemônica de grandes

conglomerados urbanos e sua perspectiva transnacional opressiva e dominante na apropriação de conhecimentos visando o consumo desmedido.

Igualmente importante é perceber a dominação discursiva no “nível micro”, ou seja, nas relações de consumo. É inegável que todo consumo produz externalidades, reflexos e impactos ambientais negativos. Porém, algumas correntes do pensamento pós-moderno, com embasamento filosófico, tornam a visão da sociedade contemporânea como “coexistência errática de impulsos e desejos”¹¹¹. Ora, se tal afirmação é levada à última consequência, todos os impulsos de consumo são inevitáveis dentro de um esquema de produção da desordem e do medo, onde os signos dispersos (dificuldades em estabelecer sentidos e códigos compartilhados) impedem de estabelecer coerências levando a uma instabilidade generalizada de mercado (ou da percepção do que é o mercado) e também à dispersão dos sujeitos em suas escolhas e “seguranças”.

Porém, este “fatalismo” pós moderno não compreende que o consumo é parte da “racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade”¹¹². A racionalidade macrossocial, definida por grandes corporações, não é a única que modela o conceito de consumo. Existem implicações políticas, simbólico-sociais e ambientais no ato de consumo. Ninguém consome ao acaso. O consumo é um elemento de distinção. É necessário pensar o consumo como “um jogo entre desejos e estruturas, onde as mercadorias e o próprio consumo servem também para ordenar politicamente cada sociedade.

Assim, a “Perspectiva Pós-Colonial” busca a percepção da “Cena Ambiental” principalmente nos países catalogados pós-modernamente como “em desenvolvimento” e que não podem ser enquadrados em uma lógica de dispersão e impossibilidade de definição no momento em que mais precisam pensar, ordenar e estruturar suas organizações políticas, democráticas e econômicas de forma sustentável. É necessário, portanto, despertar percepções em defesa dos saberes e culturas locais para emancipação e autonomia de indivíduos e grupos “assujeitados” por padronizações que levam a dependência e desconsideram as realidades locais presentes. Tal perspectiva permite pensar o global sem perder de vista o local, abordando de forma coerente temáticas tão

¹¹¹ CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 64.

¹¹² Ibidem, p. 63.

controversas como o Consumo, Meio Ambiente, Urbanismo, Biodiversidade, Sustentabilidade, Autonomia e Emancipação.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa realizada trata de uma ecologia-urbana que tem por base não a simples análise sobre conservação do verde e o crescimento urbano, mas envolvendo sim a “sustentabilidade econômica, social e energética das relações humanas e daquelas entre o ambiente natural e o construído”¹¹³. O Estatuto das Cidades, caso seus instrumentos democráticos sejam respeitados, pode tornar-se um efetivo instrumento para uma maior participação e reflexão acerca dos problemas ambientais-urbanos do Brasil. Essa análise vem ao encontro da mudança de percepção da questão do desenvolvimento proposta por Ignacy Sachs, ou seja, cinco dimensões para a sustentabilidade, sejam elas a social, econômica, ecológica, espacial e cultural, de forma que as ações tomadas dentro dessa perspectiva pragmática contemplem desenvolvimento e sustentabilidade.¹¹⁴

7. REFERÊNCIAS

ARNAUD, André-Jean. **O Direito entre Modernidade e Globalização: lições de filosofia do direito e do Estado**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BARBOSA, Livia. *Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea*. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do Signo**. Lisboa: Ed. 70, 1995.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BONILA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, s.d.

¹¹³ SIRKIS, Alfredo. *O desafio ecológico das cidades*. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 214-229, p. 218.

¹¹⁴ SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p. 11.

Brasil. **Estatuto da Cidade (2001)**. Estatuto da Cidade: Lei n. 10.527, 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRITO, Francisco A . CÂMARA, B.D. **Democratização e Gestão Ambiental: Em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANOTILHO, J.J.G. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. Livraria Almedina Coimbra/Portugal. 1998.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo – SP: Cultrix, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume I: A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Trad. AGUIAR, R.; ROCHA, M.A. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. São Paulo: Edusp, 1992.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental: Uma introdução à Arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo – SP: Annablume: FAPESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOFFMANN, Erving. **A elaboração da Face: uma análise dos elementos rituais na interação social**. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1980.

GUATARRI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Thomas da Silva e Guacira Lopes Louro. 9º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAWKEN, Paul. **Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo, SP: Cultrix, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. *Identidad*. In: **Identidades comunitarias y democracia**. Madrid: 2000.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAUSS, Marcel. *Uma Categoria do Espírito Humano: A noção de pessoa, a noção do “eu”*. In: **Antropologia e Sociologia**, volume 1, São Paulo, Edusp, 1974.

MEDAUAR, Odete. **Estatuto da cidade: Lei 10.527, de 10.07.2001- comentários/ Carlos Bastide Horbach...** [et al]. São Paulo: Ediora Revista dos Tribunais, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação de Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

ONU. **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**

OST, François. **A natureza à margem da lei: A ecologia à prova do direito**. Lisboa – Pt: Instituto Piaget, 2000.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris editor. 1999.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SINGER, Peter. **Um só mundo: A ética da globalização**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SIRKIS, Alfredo. *O desafio ecológico das cidades*. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TOURRAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

VELHO, Gilberto. *Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas*. In: FIGUEIRA, Sérvulo. **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1980.

WACQUANT, Loïc. **Mapeando o Habitus**, IN: *Habitus*, Goiânia, v.2, n.1, p-7-10, jan/jun.2004.